

ADPEMA



Notícias

Informativo da Associação dos Defensores Públicos do Estado do Maranhão

Nº 24 - 06/11/2015

ADPEMA Noticias 24



06/11/2015 - Defensores Públicos do Maranhão participam de torneio de futebol no XII CONADEP.



Além do XII Congresso Nacional de Defensores Públicos ser um evento de excelência em palestras e atividades, ainda permite momentos descontraídos para seus participantes.

Portanto, Defensores Públicos do Maranhão participaram durante o Congresso de competições de futebol com os times do Paraná, Santa Catarina e Bahia. Na primeira partida, o Maranhão foi a grande vencedora com o placar de 3x1 contra o time da casa. Já no segundo jogo, o Maranhão encerrou a partida de 4x3 contra Santa Catarina.

O jogo contra o estado da Bahia foi a final do torneio. O jogo terminou empatado em 2 a 2. O título foi disputado nos pênaltis, sendo a Bahia vencedora por 3x2.

O Defensor Público Francisco Barbosa foi um dos artilheiros do torneio com 5 gols.

Em pé, da esquerda para a direita: Marcos Fort, Leandro Pires Araujo, Francisco Barbosa, Agnus Boaventura e Thiago Amin Castro.

Agachados, da esquerda para a direita: Cleuber Alves Monteiro Junior, Wilson Braga, Alberto Bastos e Fábio Machado.

06/11/2015 - Defensora do Acre vence o concurso de teses do XII CONADEP



Com o trabalho “O papel da Defensoria Pública perante os mecanismos judiciais e políticos de supervisão e controle de obrigações internacionais de direitos humanos”, a defensora pública do Acre Rivana Ricarte de Oliveira venceu o concurso de teses do XII Congresso Nacional de Defensores Públicos (CONADEP). O certame foi promovido na manhã da última quinta-feira (5), durante o XII Congresso Nacional de Defensores Públicos, que segue até o próximo sábado (7), na Universidade Positivo, em Curitiba (PR).

Em segundo lugar ficou o defensor público do Rio de Janeiro Franklin Roger Alves Silva com “O Código do Processo Civil e os novos instrumentos postos à disposição da Defensoria Pública – atuação/instituição de índole objetiva e subjetiva na uniformização da jurisprudência”. O defensor público do Pará Johny Fernandes Giffoni ficou na terceira colocação com a tese “A aplicação da 100 Regras de Brasília como fundamento de interpretação para a proteção dos direitos indígenas: A Defensoria Pública e a convenção 169 da OIT”.

A banca examinadora contou com a participação do Defensor Público do Maranhão e Diretor da ENADEP, Gabriel Furtado?, avaliando criteriosamente os trabalhos.

Ao todo foram inscritos 24 trabalhos de 11 estados: Rio de Janeiro (7), Rio Grande do Sul (4), Alagoas (2), Paraná (2), Ceará (2), São Paulo (2), Acre (1), Espírito Santo (1), Mato Grosso do Sul (1), Minas Gerais (1), Pará (1).

06/11/2015 - #CONTAGEMREGRESSIVA Inscrições para III Corrida Defensoria para Todos encerram próximo dia 15.

M14

III CORRIDA DEFENSORIA PARA TODOS

5km **22/Nov. Av. Litorânea 7h**

Largada: Praça do Pescador
Inscrições: De 30/Set. a 15/Nov.
no site www.chiptiming.com.br

PATROCÍNIO MASTER PATROCÍNIO APOIO REALIZAÇÃO

As inscrições para participação na III Corrida Defensoria para Todos podem ser realizadas através do site: www.chiptiming.com.br até o dia 15 de novembro. O evento esportivo acontecerá no dia 22 de novembro a partir das 07 horas na Avenida Litorânea.

Pela primeira vez, a corrida haverá patrocínio integral do evento através do grupo empresarial Mateus por meio da Lei de Incentivo ao Esporte, além de contar com outros apoiadores que farão sorteio de vários brindes. Seguindo a mesma proposta da edição 2014, todos os participantes da II Corrida Defensoria para Todos, que completarem a prova, serão premiados com medalhas, sendo que os três primeiros colocados na categoria geral, tanto masculino quanto feminino, divididos por faixa etária, receberão troféus. Haverá também categoria específica para os defensores públicos e pessoas com deficiência.

Para a Presidente da ADPEMA, Clarice Binda, a Corrida Defensoria para Todos tem tido uma notória evolução. “No ano de 2014, além da qualidade da organização mantida, houve uma maior divulgação, através da ASCOM/ADPEMA, inaugurada no mesmo ano, com uma maior inserção na mídia local. Neste ano de 2015, a III Corrida Defensoria para Todos conta com os parceiros anteriores de forma mais ampla, além de novos parceiros que já manifestaram interesse em apoiar a Corrida por já reconhecer que faz parte do calendário esportivo local”, declara.

06/11/2015 - Maranhão apresenta práticas exitosas no XII CONADEP e recebe menção honrosa



Ponto alto da programação da manhã desta sexta-feira (6), o concurso de práticas exitosas movimentou o auditório principal da Universidade Positivo onde ocorre o XII Congresso Nacional de Defensores Públicos. O evento encerra amanhã (7), em Curitiba (PR). Com a prática "Projeto Conciliação sem fronteiras" o defensor público do Pará Cássio Bitar de Vasconcelos foi o grande vencedor. É o segundo ano consecutivo que o estado fica na primeira colocação. O concurso de práticas tem por objetivo compartilhar internamente as experiências dos defensores.

O Maranhão foi representado pelo defensor público do Maranhão Alberto Pessoa Bastos pelo qual recebeu menção honrosa pela prática "Universalização da tarifa social - luz e dignidade para quem precisa". Os Defensores Associados Clara Welma e Thiago Amin também apresentaram a prática "DA IMPORTÂNCIA DA PARTICIPAÇÃO POPULAR NAS ATIVIDADES DA DEFENSORIA PÚBLICA E DA EFICÁCIA DA ATUAÇÃO CONJUNTA DOS ÓRGÃOS DE EXECUÇÃO PENAL NA LUTA PELA DIGNIDADE HUMANA NOS PRESÍDIOS".

Para o concurso de práticas exitosas do XII CONADEP, foram avaliados, ao todo, 50 trabalhos de defensores públicos de estados como Acre, Alagoas, Ceará, Espírito Santo, Maranhão, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Pará, Paraná, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, São Paulo e Santa Catarina. Na última edição do concurso, foram inscritos 27 trabalhos.

Sob a coordenação da diretora de relações internacionais da ANADEP, Adriana Burger, a banca examinadora foi composta pela professora e diretora de pesquisa do Centro Brasileiro de Estudos e Pesquisas Judiciais e cientista política, Maria Tereza Sadek; pela Supervisora do Núcleo de Prática Jurídica e Professora de Direito Processual Civil na Universidade Positivo, Thais Paschoal Lunardi; e pela Ouvidora Geral da DP/AC, Núbia Fernanda Greve de Muisis.

Fonte: Informações Ascom/ANADEP

06/11/2015 - XII CONADEP: Saúde foi o tema mais votado para a Campanha Nacional 2016



Durante plenária do XII Congresso Nacional de Defensores Públicos nesta quinta-feira (5), na Universidade Positivo, em Curitiba (PR), defensores públicos de diversos estados decidiram que o tema da próxima Campanha Nacional da entidade será voltada para a atuação da Defensoria Pública na área da saúde. Entre os temas que concorreram estavam: população em situação de rua, consumidor e saúde.

Presidentes e representantes das associações estaduais elegeram Santa Catarina para a próxima edição do CONADEP. Na ocasião, o presidente da Associação dos Defensores Públicos de Santa Catarina, João Joffily Coutinho, fez a defesa do estado reiterando que, a exemplo do PR, também foi uma das última unidades da federação a criar a Defensoria Pública e sediar o CONADEP seria uma oportunidade ímpar para mostrar ao poder públicos e à sociedade a importância da Instituição.

Encontro dos assessores de comunicação: No dia anterior, os assessores de comunicação das associações estaduais e das Defensorias Públicas reuniram-se para discutir o panorama atual da Defensoria Pública no Brasil e o papel do defensor público na sociedade. Também traçaram estratégias de comunicação das próximas campanhas e atuação da ANADEP, Defensorias e Associações no Congresso Nacional e no STF. Na ocasião, estiveram presentes representando o Maranhão, a Assessora de Comunicação da ADPEMA, Marina Farias; Coordenadora de Comunicação da DPE/MA, Socorro Boaes e a jornalista Luciene Santos que colaboraram durante votação para definição de possíveis temáticas para a campanha nacional.

Entre os principais pontos do encontro destacam-se: a implantação da diretoria de comunicação da ANADEP; campanha permanente de valorização, a campanha nacional e a criação de um prêmio nacional de jornalismo.

Fonte: Ascom ANADEP

06/11/2015 - Defensores Públicos lançam carta aberta de chamamento dos movimentos sociais para defesa da Autonomia da Defensoria Pública

#DefensoriaSim

A diretoria da ANADEP e os representantes de Associações Estaduais subescreveram nesta quinta-feira (5) durante o XII Congresso Nacional dos Defensores Públicos (CONADEP), que ocorre em Curitiba (PR), **CARTA ABERTA PARA OS MOVIMENTOS SOCIAIS E A SOCIEDADE CIVIL ORGANIZADA**. A ideia é destacar à sociedade a importância da AUTONOMIA DA DEFENSORIA PÚBLICA para o acesso à Justiça, a ampliação dos serviços oferecidos pela Instituição e a defesa dos direitos sociais e à cidadania. A Carta foi construída pela Comissão da Autonomia da Defensoria Pública da ANADEP e aprovada por unanimidade durante plenária do CONADEP.

VEJA ABAIXO A ÍNTEGRA DO DOCUMENTO:

Por que a Defensoria Pública precisa se manter autônoma?

A crise econômica que assola o país colocou novamente na ordem do dia a questão do acesso à Justiça da população vulnerável.

Isto porque, em tempos de diminuição de dinheiro circulando e oportunidades de emprego, a população de baixa renda é a que mais sofre. Pais desempregados não conseguem pagar pensões alimentícias e sofrem execução; adolescentes sem perspectiva engrossam as unidades de internação; locatários deixam de pagar os aluguéis e se tornam réus em ações de despejo; idosos pedem revisão de benefícios previdenciários e medicamentos a que têm direito.

Neste contexto, não há momento mais oportuno para tratar da autonomia da Defensoria Pública, instituição que presta assistência jurídica a quem não possui meios para custear o pagamento de advogado privado e outros vulneráveis. Mas, o que é essa autonomia?

Desde a promulgação da Constituição de 1988, o Brasil escolheu um modelo público de promoção do acesso à Justiça. Contudo, a submissão das Defensorias Públicas aos governos estaduais e federal, muitas vezes os maiores violadores de direitos humanos, não materializava a garantia constitucional.

Para melhorar o cenário e concretizar a vontade do legislador constituinte, em 2004, foi reforçada a autonomia da Defensoria Pública. Entendeu-se que apenas com essa conquista, as Defensorias poderiam garantir adequado orçamento para aprimorar o serviço prestado à população, tanto por meio da melhoria de estrutura física quanto da quantidade de funcionários e Defensores. Ter autonomia significa ter independência perante o governo para postular direitos dos cidadãos, inclusive contra o Estado, sem medo de contrariar interesses de quem esteja exercendo o poder

É neste momento em que se encontra a Defensoria Pública em todo o país.

Os dados relativos à evolução do atendimento prestado pela Defensoria desde a conquista de sua autonomia mostram que a grande maioria das demandas são de responsabilidade da Instituição. Além disso, o fortalecimento da legitimidade para as ações coletivas reduziu o número de ações individuais, deixando de lotar o Poder Judiciário com causas repetidas.

Espera-se que os governantes respeitem a autonomia para preservar o que foi até aqui conquistado, permitindo a expansão do acesso da população mais vulnerável à Justiça. Mas alguns obstáculos se apresentam e precisam ser superados. Nesse caminho, o apoio social será fundamental para assegurar que a Instituição permaneça autônoma, prestando serviço de qualidade à população.

Desde que foi implementada a autonomia da Defensoria Pública da União, por exemplo, o serviço por ela prestado foi ampliado em 10 unidades jurisdicionais, levando o atendimento da Instituição a rincões que antes não conheciam a atuação da Defensoria.

Contudo, essa impressionante conquista está ameaçada. Encontra-se em julgamento perante o Supremo Tribunal Federal a ADI n. 5296, que discute a autonomia da DPU, buscando que ela volte

a estar subordinada ao governo federal.

E um julgamento desfavorável nessa ação pode repercutir negativamente nas Defensorias Estaduais, restringindo a autonomia, a duras penas conquistada, e que reflete diretamente na melhoria do atendimento à população.

Caso isso ocorra, um imenso retrocesso social tomará lugar em nosso país. Vivemos um tempo de recrudescimento e ameaça de perda de direitos consolidados, principalmente aqueles relativos a grupos hipossuficientes ou vulneráveis. Mulheres, crianças, encarcerados, consumidores, idosos, negros, pessoas em situação de rua, ou com direito à moradia em risco, LGBTs, indígenas, além de outras minorias, todos sofrem a possibilidade de perda do empoderamento, e muitas vezes apenas têm voz através das Defensorias que trabalham junto a essas coletividades.

Não é demais lembrar que a Defensoria Pública é a única instituição do sistema de Justiça a contar com Ouvidoria Externa, ou seja, a Sociedade Civil Organizada tem na Defensoria um verdadeiro canal para externar sua vontade e seus anseios e para garantir que suas pautas de lutas históricas ganhem visibilidade.

Diante deste quadro, necessário se faz o apoio de todos os atores da Sociedade Civil engajados no ideal de um país justo, livre e solidário e que contemple o acesso à Justiça como prioridade e a Defensoria Pública como instrumento para que se efetive a cidadania.

Visando a assegurar o modelo público previsto na Constituição da República para a promoção da Justiça à população mais vulnerável do Brasil, apoie a causa da autonomia da Defensoria Pública. Ela interessa a você!

Fonte: Ascom ANADEP

05/11/2015 - ADPEMA e Defensores Públicos do MA participam do primeiro dia atividades do XII CONADEP



Defensores públicos de vários estados participaram nesta quarta-feira (4) da assembleia geral extraordinária da ANADEP, que ocorreu na Universidade Positivo, em Curitiba (PR) – local que sedia o XII Congresso Nacional dos Defensores Públicos até o próximo sábado (7). A autonomia da Defensoria Pública foi o principal tema debatido no encontro. O presidente da ANADEP, Joaquim Neto, fez um panorama do trabalho no Supremo Tribunal Federal (STF) na proteção das garantias e tutelas dos pleitos dos defensores públicos. Segundo ele, a Associação Nacional, que contratou inclusive novo escritório de advocacia para acompanhar as ações na Corte, tem atuado de forma intensa perante o STF ajuizando Ações Diretas de Inconstitucionalidade entre outras ações constitucionais. A Presidente da ADPEMA e Diretora para Assuntos Legislativos da ANADEP, Clarice Binda, esteve participando da reunião destacando atividades de cunho legislativo e andamento. O Diretor da ANADEP, Gabriel Furtado, também participou da AGE.

Joaquim Neto citou os exemplos da ADI 5286 do Amapá (AP); da Paraíba ADI 5287 (PB) e do Piauí ADPF 339 (PI). Destacou também a ADI 5296, proposta pela Advocacia-Geral da União (AGU) e que questiona a autonomia da Defensoria Pública da União. Iniciado no dia 8 de outubro último, o julgamento da ADI 5296 até o momento tem parecer favorável às Defensorias Públicas. Além da relatora ministra Rosa Weber, outros cinco ministros – Edson Fachin, Roberto Barroso, Teori Zavascki, Luiz Fux e a ministra Cármen Lúcia afirmaram a constitucionalidade das Defensorias Públicas. Os ministros Gilmar Mendes e Marco Aurélio votaram pela inconstitucionalidade da emenda. O julgamento foi suspenso por um pedido de vista do ministro Dias Tóffoli.

Aproveitando a presença de representantes das Associações Estaduais e Defensorias de vários estados, o dirigente falou sobre as estratégias para garantir a plena autonomia da Defensoria. Entre as principais ações estão a entrega de memoriais aos Ministros mostrando os prejuízos que uma decisão desfavorável na ADI podem trazer, a aproximação dos movimentos sociais para a construção de uma carta aberta sobre o tema e também a valorização da comunicação institucional. A previsão é que os documentos sejam aprovados durante plenária do CONADEP. "Seremos os defensores da Defensoria em Plenário", convocou Joaquim Neto.

Estão marcadas na agenda da ANADEP várias audiências com os Ministros do STF, para sensibilizá-los sobre a importância de garantir o fortalecimento da Defensoria Pública e também a instalação da Defensoria Pública de forma unificada e padronizada em todo o país.

Os defensores também falaram sobre a criação do Conselho Nacional da Defensoria Pública (CNDP). Outro ponto fundamental de discussão foi a adequação da Lei Complementar 80/94 conforme as orientações e modernizações trazidas pela EC 80/2014.

Durante o período da tarde foram promovidas, antes da abertura oficial do evento, várias reuniões temáticas que tiveram como principal objetivo discutir o acesso à justiça, o fortalecimento da Defensoria nas mais diversas instâncias e o relacionamento da Instituição e do defensor público com os seus usuários. Devem orientar os debates conduzidos por especialistas e representantes de órgãos responsáveis, os seguintes tópicos: diversidade sexual; infância e juventude; saúde; assistência social e população de rua; mobilidade urbana e transporte público; direitos da mulher; direitos da família; direitos do consumidor; direitos dos idosos; assuntos previdenciários; autonomia das Defensorias Públicas; e o novo código penal.

Já no período da noite, mais de 500 pessoas estiveram presentes na solenidade de abertura. A solenidade foi marcada por diversos discursos de união e que visam o fortalecimento da Defensoria Pública, o avanço do acesso à justiça no cenário nacional e o trabalho do defensor público voltado à camada mais vulnerável da sociedade. A defesa plena da autonomia da Defensoria Pública foi a pauta mais defendida no encontro. Defensores Públicos do Estado do Maranhão estiveram presentes participando de todas as atividades reforçando uma discussão ampla de diferentes realidades que a Defensoria Pública tem a nível nacional.

Fonte: Informações ASCOM/ANADEP

[Ver edições anteriores »](#)



Associação dos Defensores Públicos do Estado do Maranhão
Rua Professor Pinho Rodrigues, nº 20, sala 311, Edifício Quartz, Jardim Renascença, São Luis/MA, CEP
65075-740
Tel./Fax: (98) 3199-6194
Cel: (98) 987583882
secretaria@adpema.com.br